



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

## **DESIGUALDADE DE GÊNERO E RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ANÁLISE DO PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO**

Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará, Brasil

### **RESUMO**

O presente artigo destaca as desigualdades de gênero e de raça/cor, e as dificuldades enfrentadas para inserção no mercado de trabalho brasileiro. Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e ocupacional da população com 14 anos ou mais de idade, no Brasil, no ano de 2021, segundo sexo e raça/cor, por posição na ocupação. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2021 é a principal fonte de informações. Os principais resultados apontam para uma disparidade significativa entre os sexos, no qual a maior taxa de ocupados no mercado de trabalho são homens, e elas ocupam cargos de baixa projeção social, conseqüentemente auferem menores rendimentos. Ademais, constatou-se que há uma disparidade entre brancos e negros ao acesso ao emprego formal, com os brancos tendo maior representatividade em empregos com carteira assinada. Assim, evidencia-se a permanência de discriminação de gênero e racial no mercado de trabalho brasileiro, em plena terceira década do século XXI. Com isso, é preciso políticas públicas e focalizadas que promovam a equidade de gênero e racial, com a inclusão e o combate à discriminação no ambiente de trabalho, para a construção de uma sociedade mais igualitária.

**Palavras-chave:** Brasil; mercado de trabalho; desigualdades; gênero; racial.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo destaca as persistentes desigualdades de gênero e raça/cor no mercado de trabalho brasileiro, reflexo do passado escravocrata e da falta de políticas públicas efetivas. Descreve os desafios como desigualdades salariais, obstáculos na progressão de carreira e acesso limitado a oportunidades. O entendimento dessas disparidades é fundamental para o desenvolvimento de políticas que possam mitigá-las, especialmente considerando as alarmantes taxas de desemprego entre os negros e as mulheres, pois segundo Costa (2021), a crise 2015-2016 se caracterizou pela elevação da migração para o desemprego e por um aumento do diferencial desse indicador entre brancos e negros, mulheres e homens, e a crise da Covid-19



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

em 2020, se diferencia pela elevação súbita da transição para a inatividade, que ocorreu também de forma mais intensa para negros e as mulheres.

De acordo com o estudo de Rocha e Alves (2021), apesar da maior taxa de empregados no mercado de trabalho ser composta por negros, a taxa de desemprego é gritante para a classe. Por sua vez, segundo Pinto (2006), as desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro, mostra que as mulheres mesmo com mais estudo, recebem salários inferiores aos homens.

Assim, este estudo busca analisar o perfil sociodemográfico e ocupacional da população com 14 anos ou mais de idade, no Brasil, no ano de 2021, segundo sexo e raça/cor, por posição na ocupação. Para atingir tal objetivo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2021 é a principal fonte de informações. Além desta introdução, o estudo conta com a metodologia, análise e discussão dos resultados parciais e conclusão.

### **MÉTODO**

A fonte de dados utilizada para alcançar o objetivo proposto foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2021. As variáveis analisadas por meio de estatística descritiva para traçar o perfil sociodemográfico e ocupacional, da população com 14 anos ou mais de idade foram as seguintes: ocupado(a)s na semana de referência por sexo, cor ou raça e posição na ocupação.

### **RESULTADOS PARCIAIS**

Com relação as pessoas ocupadas na semana de referência, em 2021, o Brasil possui 89.495 milhões. Contudo, nota-se a disparidade entre o sexo, com 58,5% sendo homens e 41,5% mulheres. A partir do ano de 1980, é notório características distintas desde o ano de 1930 no mercado de trabalho e na economia global e brasileira, marcadas por alta inflação e recessão. Entre os anos 1979 e 1989, a população economicamente ativa cresceu de 39,6% para 43,3%, impulsionada principalmente pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho a partir de 1970. No final de 1980, mais de um terço da população economicamente ativa era feminina. (BALTAR; LEONE, 2008)



#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Contudo, conforme a Tabela 1, a participação feminina ainda é inferior a masculina, mesmo elas sendo a maioria no país, revelando a dificuldade de ingressarem no mercado de trabalho.

**Tabela 1** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência segundo o sexo, cor ou raça e grupos de idade – 2021 – Brasil (em 1.000 pessoas e %)

<b>Sexo</b>	<b>Absoluto</b>	<b>(%)</b>
Masculino	52.370	58,5
Feminino	37.125	41,5
<b>Cor ou raça</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Branco	40.432	45,2
Preto e Pardo (Negro)	48.124	53,8
<b>Total</b>	<b>89.495</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** PNAD Contínua 2021 (IBGE)

Na variável cor ou raça, a taxa de inserção maior é da população de cor preta ou parda, sendo 53,8%, enquanto a parcela de cor branca é de 45,2%. Entretanto, de acordo com o estudo de Rocha e Alves (2021), apesar da maior taxa da composição de empregados no mercado de trabalho ser composta por negros, a taxa de desemprego é gritante para os mesmos.

Oliveira (2013) concluiu que a taxa de desemprego é maior para os negros quando se compara com a dos brancos. De acordo com os autores, há uma forma mais acentuada de precarização na contratação de trabalho, especialmente, para mulheres negras. Além disso, os homens negros possuem salários inferiores aos brancos, entretanto, os salários das mulheres negras são mais baixos do que os homens negros.

Além disso, enfrentam obstáculos no acesso à educação formal e constituem a maior parte da população com a menor renda. Essa realidade é resultado de diversos fatores, incluindo a história de marginalização no mercado de trabalho, onde a inserção dos trabalhadores negros não foi feita de maneira justa ou digna (ROCHA; ALVES, 2021).

Quanto a inserção no mercado de trabalho brasileiro segundo a posição na ocupação (Tabela 2), em 2021, dos 89.495 milhões de ocupados na semana de referência, 46.717 milhões são empregados, sendo 37,7% com carteira assinada e 14,5% sem carteira assinada. A pandemia



#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

da Covid-19 teve impactos significativos para o mercado de trabalho brasileiro. Dentre as consequências, o aumento do desemprego, devido a paralisação de diversas atividades econômicas e a precarização do trabalho, onde a informalidade se intensificou (COSTA, 2020).

Segundo Costa (2021), entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, a pandemia se refletiu em um intenso aumento nas chances de sair da condição de ocupado para inatividade e uma redução das chances de conseguir um emprego. Importante notar que mesmo ao se controlar por outras características pessoais (escolaridade) ou do posto de trabalho (setor de atividade, posição na ocupação etc.), as mulheres, os negros e os jovens possuem maiores chances de perder a ocupação – uma característica presente não apenas na crise de 2020. Desse modo, a situação afeta os anos seguintes, sem políticas eficazes que possam inserir essa população no mercado de trabalho brasileiro.

**Tabela 2** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação – 2021 - Brasil (em 1.0000 pessoas e %)

<b>Empregado</b>	<b>Absoluto</b>	<b>(%)</b>
Com carteira de trabalho assinada	33.736	37,7
Sem carteira de trabalho assinada	12.981	14,5
<b>Trabalhador doméstico</b>	<b>Absoluto</b>	<b>(%)</b>
Com carteira de trabalho assinada	1.327	1,5
Sem carteira de trabalho assinada	3.777	4,2
<b>Militar e servidor estatutário</b>	7.888	8,8
<b>Conta própria</b>	24.017	26,8
<b>Empregador</b>	3.847	4,3
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b>	1.919	2,1
<b>Total</b>	<b>89.495</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** PNAD Contínua 2021 (IBGE).

Dos 5.104 milhões de trabalhadores domésticos, apenas 1,327 milhões ou 1,5% têm carteira assinada, enquanto 3,777 milhões ou 4,2% não têm. Esse alto percentual sem carteira se deve à desvalorização do trabalho doméstico e à predominância da baixa escolaridade entre os trabalhadores. A literatura indica que sexo, raça/cor e idade dos trabalhadores estão relacionados a diferentes níveis de qualificação e formas de inserção no mercado de trabalho. Essas características também podem ser fatores determinantes para a perda de empregos



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

formais. Por exemplo, a maior presença desses grupos em ocupações informais pode explicar por que eles estão mais vulneráveis à perda de emprego.

No grupo de militares e servidores estatutários, há um total de 7.888 milhões de pessoas ocupadas, representando 8,8% do total. De acordo com Ribeiro e Mancebe (2013), o que limita o número de servidores diz respeito a preferência do capitalismo flexível por modelos de trabalhos ágeis, leves e com contratos de curta duração, o que pode não se alinhar com a estrutura mais estável e regulamentada do serviço público. A falta de reconhecimento e valorização afeta a percepção dos servidores públicos sobre suas carreiras. Muitos veem o trabalho apenas como um meio de sustento financeiro devido à instabilidade do mercado, o que é preocupante.

No grupo de trabalhadores por conta própria, há 24.017 milhões de pessoas, correspondendo a 26,8% do total, o que reflete as altas taxas de desemprego. A falta de oportunidades leva as pessoas para o trabalho autônomo como uma necessidade. Segundo Costa (2021), os trabalhadores sem carteira no setor privado, aqueles com baixa escolaridade e remuneração, e aqueles nos setores de alojamento e serviços domésticos aparecem com maior chance de perder o emprego. Portanto, diante da falta de oportunidade, essas pessoas seguem por obrigação na carreira de conta própria.

Na categoria de empregadores, há 3.847 milhões de pessoas, representando 4,3% do total. A Reforma Trabalhista de 2017, segundo Silva e Queiroz (2021), fortaleceu esse grupo ao permitir a criação de empregos formais, porém, precários e atípicos, como contratos parciais e intermitentes. Isso resultou na flexibilização das normas trabalhistas, na redução de direitos e na fragilização das relações de trabalho, favorecendo as condições de trabalho para os empregadores.

Na Tabela 3, analisou-se a posição na ocupação conforme o sexo. Dos 89,495 milhões de ocupados, 36,0% das mulheres e 38,9% dos homens eram empregados com carteira de trabalho assinada. A porcentagem de empregados sem carteira assinada é mais alta entre os homens (16,2%) em comparação com as mulheres (12,1%).



#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Na categoria de trabalhadores domésticos, a maioria não tem carteira assinada, representando 10% do total em 2021, com as mulheres sendo a maioria (9,5%) em relação aos homens (0,5%). Rodrigues; Galvão; Queiroz (2017) procurou analisar as disparidades raciais e diferenças de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados mostram que as mulheres afrodescendentes estão em piores ocupações quando comparados a outros grupos de raça/cor (homens negros e não-negros, mulheres não-negras), ratificando os resultados deste estudo.

**Tabela 3** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e segundo o sexo (%) – 2021 – Brasil

Empregado	Sexo	
	Feminino (%)	Masculino (%)
Com carteira de trabalho assinada	36	38,9
Sem carteira de trabalho assinada	12,1	16,2
<b>Trabalhador doméstico</b>	<b>Feminino (%)</b>	<b>Masculino (%)</b>
Com carteira de trabalho assinada	3,2	0,3
Sem carteira de trabalho assinada	9,5	0,5
<b>Militar e servidor estatutário</b>	11,6	6,9
<b>Conta própria</b>	21,6	30,6
<b>Empregador</b>	2,9	5,3
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b>	3,2	1,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD Contínua 2021 (IBGE).

Na ocupação de Militares e Servidores Estatutários, as mulheres lideram com 9,5%, enquanto os homens têm uma taxa de 6,9%. Isso provavelmente é justificado devido as mulheres serem mais escolarizadas, bem como à falta de liderança, ou melhor, de melhores cargos no setor privado, faz com que busquem o setor público, no qual as desigualdades de gênero são bem menores. Segundo Cotrim, Teixeira e Proni (2020), a administração pública é o único setor em que as mulheres possuem salários acima da média e também tem um peso relevante no emprego das mulheres.

Na categoria de trabalhadores por conta própria, os homens lideram com uma taxa de ocupação de 30,6%, enquanto as mulheres têm 21,6%. Esses resultados podem ser justificados devido a quantidades de horas dedicadas aos afazeres domésticos por parte feminina, limitando



#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

o acesso ao empreendedorismo. Ao passo que a persistente divisão sexual do trabalho coloca o homem como protagonista da esfera pública, como provedor financeiro da família e naturaliza o ambiente privado dentro dos lares, ou seja, o trabalho doméstico e cuidado das crianças e dos idosos como responsabilidade feminina (MYRRHA; CAMPOS; QUEIROZ, 2021).

No geral, é notório que há uma presença mais significativa das mulheres em áreas como militares e servidores estatutários e profissionais domésticas, ao passo que os homens predominam em setores como empregador, conta própria e trabalhadores informais.

Os dados da Tabela 4 revelam uma disparidade significativa na ocupação por cor ou raça. Os brancos têm uma maior representação (40,4%) em empregos formais com carteira assinada em comparação aos pretos e pardos (35,5%), apesar destes últimos serem maioria na população ocupada, como indicado na Tabela 1. Isso destaca como a "questão racial" influencia diretamente os tipos de cargos ocupados. Então, percebe-se que há discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro, já que a segurança garantida pelo emprego com carteira assinada está associada, em geral, a condições melhores de trabalho e de remuneração.

**Tabela 4** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e segundo cor ou raça (%) – 2021 – Brasil

Empregado	Cor ou Raça (%)	
	Branco	Preto e Pardo (Negro)
Com carteira de trabalho assinada	40,4	35,5
Sem carteira de trabalho assinada	11,8	16,9
<b>Trabalhador doméstico</b>	<b>Branco</b>	<b>Preto e Pardo (Negro)</b>
Com carteira de trabalho assinada	1,1	1,8
Sem carteira de trabalho assinada	3,0	5,3
<b>Militar e servidor estatutário</b>	9,5	8,2
<b>Conta própria</b>	26,0	27,5
<b>Empregador</b>	6,2	2,6
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b>	2	2,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD Contínua 2021 (IBGE).

O maior percentual de empregados na informalidade é de pretos e pardos, atingindo 16,9%, enquanto os brancos têm 11,8%. Isso destaca que as pessoas negras estão em uma



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

posição mais vulnerável, já que não possuem proteção trabalhista, ficando sujeitas à precariedade e salários baixos.

O trabalho doméstico no Brasil mostra que 8,3% dos trabalhadores estão sem carteira assinada, sendo 5,3% pretos e pardos e 3,0% brancos. Apenas 2,9% têm carteira assinada, com 1,8% pretos e pardos e 1,1% brancos. Historicamente, este setor é predominantemente ocupado por mulheres, em sua maioria pretas e pardas, evidenciando desigualdades sociais, raciais e de gênero no país. De acordo com estudos de Myrrha; Campos; Queiroz (2021), a população negra possui maior dificuldade de inserção ocupacional, através das maiores taxas de desemprego, além de auferirem menores rendimentos, mostrando que embora camuflada, ainda existe a discriminação racial no Brasil.

Na categoria Militar e Servidor Estatutário, os brancos lideram com 9,5%, ao passo que os pretos ou pardos são 8,2%. A quantidade de pessoas que trabalham por conta própria é próxima entre brancos (26,0%) e pretos ou pardos (27,5%). Isso reflete as barreiras nas atividades tradicionais, levando grupos com poucas oportunidades de ascensão profissional a optar pelo trabalho por conta própria por necessidade. A maior taxa de inserção nessa categoria é de pessoas negras, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Na categoria empregador, a raça/cor branca lidera com 6,2%, enquanto a população negra possui apenas 2,6%. Segundo Lima (2019), os dados educacionais brasileiros de praticamente todas as etapas e modalidades de ensino revelam que a desigualdade de acesso e de qualidade do ensino de forma sistemática desfavorece os estudantes pretos, evidenciando o acesso desigual a educação de qualidade e capacitação profissional em comparação com os brancos. Os obstáculos incluem limitações para ingressar em profissões que exigem alta qualificação educacional e dificuldades no acesso a recursos financeiros, como microcrédito e empréstimos, essenciais para se tornar um empregador.

A distribuição entre brancos, pretos e pardos na ocupação de trabalhador familiar auxiliar é bem semelhante, sendo 2,0% e 2,2%, respectivamente. Feito essa análise, percebe-se a persistência das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho brasileiro, com





## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

acesso desigual a empregos formais e maior exposição a informalidade e dificuldades no acesso ao empreendedorismo para pessoas pretas e pardas, principalmente do sexo feminino.

### CONCLUSÃO

Ao analisar as desigualdades de gênero e de raça/cor dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro, no ano de 2021, é possível constatar profundas desigualdades e obstáculos que impactam significativamente no acesso ao trabalho e ascensão profissional das mulheres e ocupados da raça/cor negra. Além disso, a desigualdade na educação e o acesso limitado a recursos financeiros, também determinam a limitação no acesso ao emprego para os negros e mulheres. E caso a trabalhadora seja mulher e negra, esta é mais penalizada.

A distribuição desigual entre os sexos é evidente, com uma predominância de homens ocupados em relação às mulheres, refletindo a persistência de estereótipos e preconceitos que limitam as oportunidades de trabalho para elas.

Com relação a raça-cor, também é evidente a disparidade no acesso ao mercado de trabalho no Brasil, pois os negros enfrentam maiores dificuldades para ingressar no trabalho formal e cargos públicos e, conseqüentemente, estão expostos ao trabalho informal, principalmente as mulheres negras. Conforme destacado por Lima (2019), a desigualdade no acesso à educação de qualidade prejudica sistematicamente estudantes negros, limitando suas chances de ingressar em profissões que exigem alta qualificação educacional. A educação de baixa qualidade recebida por muitos estudantes negros impacta diretamente em suas oportunidades de emprego e ascensão profissional.

A disparidade entre brancos e negros que trabalham por conta própria sugere que pessoas negras recorrem a essa forma de trabalho por falta de oportunidades no emprego formal e estável. A literatura e os resultados deste estudo indicam que sexo e raça/cor estão associados a qualificações e inserções distintas no mercado de trabalho, podendo também influenciar na transição para trabalhos precários e na perda de ocupação.

Diante desses resultados, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que promovam a equidade de gênero e de raça, visando criar um ambiente de trabalho mais



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

inclusivo, justo e igualitário para todas as pessoas ocupadas no Brasil. A promoção de políticas de emprego, formação profissional e proteção social adequadas é essencial para garantir o pleno desenvolvimento e bem-estar dos trabalhadores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, É. C. S.; ROCHA, A. C. C. (2021). **A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós abolição**. Iniciação & Formação Docente, 8(2), 428-a.
- BALTAR, P.; LEONE, E. T. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008.
- COSTA, S. S. **Pandemia e desemprego no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 969-978, 2020.
- COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. D. H.; HECKSHER, M. (2021). **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19 (No. 2684)**. Texto para Discussão. Instituto de Economia, Unicamp.
- COTRIM, L. R., TEIXEIRA, M., PRONI, M. W. (2020). **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, Unicamp.
- LIMA, N. D. C. M. (2019). **Desigualdades no sistema educacional brasileiro: um estudo comparado**. Revista Latinoamericana de Educación Comparada: RELEC, 10(15), 83-104.
- MYRRHA, L. J. D., de QUEIROZ, S. N., & CAMPOS, J. (2021). **Desigualdades de gênero no trabalho remunerado e no trabalho reprodutivo: Uma análise para grandes regiões e estados brasileiros (2005-2015)**. RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho, 3, e021004-e021004.
- OLIVEIRA, R. D. **Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor**. *Perspectiva* [online]. 2013, vol.31, n.02, pp.687-719. ISSN 0102-5473.
- PINTO, G. (2006). **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14.
- RIBEIRO, C. V. D. S.; MANCEBO, D. (2013). **O servidor público no mundo do trabalho do século XXI**. *Psicologia: ciência e profissão*, 33, 192-207.
- RODRIGUES, A.; GALVÃO, T.; QUEIROZ, S. N. de. **Negros no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: as desigualdades persistem**. Anais da XVII Semana de Economia Nordeste Brasileiro: fatores sociais, econômicos e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional diante da crise, v. 3, p. 462-484, 2017.
- SILVA, J. B. da.; QUEIROZ, S. N. de. **Comportamento do mercado de trabalho brasileiro: antes e pós-reforma trabalhista**. Encontro Nacional Sobre Migrações, Trabalho e Gênero. Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2021.
- SILVA, P. S.; MYRRHA, L. J. D.; QUEIROZ, S. N. de. (2022). **Análise sobre a mobilidade ocupacional das filhas de trabalhadoras domésticas nas grandes regiões do Brasil**. (SYN) THESIS, 15(1), 58-70.